

## O sangue da terra: apropriação e uso do solo na comunidade Quilombola de Lagoa da Pedra no município de Arraias – TO.

GENIVALDO DA SILVA SANTOS\*

### Resumo

O presente artigo pretende fazer uma análise sócio histórica da Comunidade Quilombola de Lagoa da Pedra, situada no município de Arraias no Estado do Tocantins. Analisando a predominância da propriedade privada da terra como característica fundamental que a distingue das demais comunidades remanescentes de quilombos brasileiras – genericamente denominadas de kalunga. Procurando destacar que fatores contribuíram para a permanência de tal característica mesmo diante das imposições de um título de propriedade coletiva por parte da Fundação Cultural Palmares e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária para o reconhecimento e titulação da mesma.

Palavras chave. Quilombo, Capitalismo, Propriedade da terra, Economia.

### Abstract

This article aims to make a historical analysis of the socio Quilombola community of Lagoa da Pedra, located in Manta municipality in the State of Tocantins. Analyzing the predominance of private ownership of land as a key feature that distinguishes it from other communities remaining from Brazilian quilombos - generally referred to as kalunga. Looking out what factors contributed to for the permanence of such a feature even before the imposition of a title collectively owned by the Palmares Cultural Foundation and the National Institute of Colonization and Agrarian Reform for the recognition and titling of it.

Key words. Quilombo, capitalism, land ownership, ethnic identity, economy.

O objetivo deste artigo não é realizar um estudo aprofundado sobre o período escravocrata da história brasileira. Entendemos, porém, que não é possível discorrer sobre o tema dos quilombos e quilombolas sem fazer uma breve análise da escravidão como política oficial da Coroa portuguesa implantada no Brasil, que vitimou centenas

---

\* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás. Especialista em História Afro Brasileira e Africana da Universidade Federal de Goiás na modalidade EaD pela Universidade Aberta do Brasil. Graduando em Gestão Pública pela Escola de Governo do Estado de Goiás Dr. Henrique Santillo.

de milhares de africanos que sequestrados de suas sociedades de origem foram desumanizados, escravizados transformados em mercadorias para atender as necessidades do capitalismo colonial europeu. Para (DRESCHER, 2011:5),

*No momento da aquisição, e frequentemente pelo resto de suas vidas, elas eram pessoas subordinadas com direitos limitados nas sociedades que viviam e morriam. Seus corpos, seus tempos, seus serviços e, muitas vezes, seus filhos estavam disponíveis aos outros como fontes de trabalho, prazer e controle, ou como objetos de violência.*

A escravidão como é a prática social em que o ser humano sofre processo desumanização e se torna propriedade de outro, essa condição só é possível pelo uso da força. Em todas as sociedades que utilizaram a escravidão como modo de produção, os escravos eram legalmente considerados como mercadorias.

Percebe-se com isso que a escravidão sempre teve um objetivo econômico, o escravo era uma propriedade de seu senhor, sem quaisquer direitos, salvo algumas exceções como a escravidão por dívida, podendo ser vendido, alugado, emprestado ou deixado em herança. Logo podemos afirmar que o escravo era uma mercadoria que produzia mercadorias, em troca recebia alimentação, abrigo e vestuário e não raro sofriam castigos severos. Eram utilizados nos mais diversos tipos de serviços como: agrícolas, de mineração, domésticos, como gladiadores e em casos mais raros como combatentes de guerra. Uma das formas de se conseguir escravos na antiguidade eram as guerras de conquista, visto que, o guerreiro derrotado era reduzido à condição de escravo, esse método predominou na Grécia Antiga. Onde também havia uma segunda modalidade de escravidão, a escravidão por dívidas onde o devedor podia ser escravizado pelo credor até saldar a dívida, quando então, retomava seu status de cidadão.

A escravidão como organização institucionalizada pelo Estado surgiu entre os gregos que fizeram dela uma de suas principais fontes de rendas. No entanto outros povos também se utilizaram do sistema escravista, porém, um com especificidades próprias, pois em muitas comunidades o escravo podia vir a ser um membro da família.

Nesse sentido a escravidão era vista como uma condição natural de vida para determinados grupos sociais, sendo que geralmente eram proibidos de terem propriedades, casarem-se, constituir famílias ou servirem como testemunhas em tribunais.

Porém, em casos raros havia a possibilidade de conseguirem a liberdade, mesmo que não conquistassem a condição plena de cidadãos, era a chamada alforria, uma espécie de recompensa pela fidelidade e bons serviços prestados ao seu senhor.

Dessa forma percebemos que a história da escravidão como prática socioeconômica humana é muito antiga. Em relação a história da escravidão negra no Brasil, ela tem suas raízes históricas em algumas sociedades africanas que já praticavam a escravidão antes mesmo da chegada dos europeus. Assim conhecer a escravidão africana é também conhecer um antigo sistema de trabalho compulsório transformado no negócio mais rentável praticado por vários povos europeus entre os séculos XV e XIX e que alteraria profundamente a organização socioeconômica de diversas sociedades no continente africano. É importante compreender o processo pelo qual milhões de homens, mulheres e crianças sofreram um processo de despersonalização para atender as necessidades da expansão mercantilista europeia no Novo Mundo. Daí a necessidade de compreender a África como principal centro de diáspora forçada da era moderna, fato que possibilita um conhecimento mais aprofundado em relação ao negro na sociedade brasileira.

No século XV, quando os portugueses desembarcaram no Norte da África depararam-se com sociedades cujas formas de organização social, política, econômica e religiosa não condizia com estrutura organizacional dos povos da Europa.

Entre os africanos os laços sociais confundiam-se com laços de parentesco, visto a predominância de extensos grupos familiares na base da sociedade. Esta também era uma estratégia que concorria para consolidar a identidade individual e de grupo, ou seja, o lugar social da pessoa era dado pela relação direta ou indireta de parentesco com o patriarca ou matriarca da linhagem familiar. Nesses grupos os *griot* desempenhavam papel de suma importância por serem os repositórios vivos das tradições orais mantinham a memória dos antepassados viva, promovendo com isso a coesão social a partir de uma matriz cultural comum.

No entanto, a escravidão era uma instituição tradicional no mundo africano, onde o escravo era despersonalizado e obrigado a assumir a identidade cultural de seus senhores, mas apesar disso não era considerado uma mercadoria, como no escravismo

europeu. Apesar do tráfico interno de escravos na África ter-se constituído numa importante atividade econômica que contribuiu para a formação dos reinos negros sudaneses de Gana, Mali e Songai. Segundo (SILVA, 2011:273),

*A captura e venda de escravos às cáfilas transaarianas podem ter sido um dos fatores de consolidação dos primeiros reinos sudaneses. Organizados militarmente para se defender dos ataques de berberes predadores de escravos, esses reinos passaram a empreender razias contra os vizinhos mais débeis, para trocá-los com os camelheiros por armas, cavalos e objetos de prestígio, essenciais ao fortalecimento do poder de uma nascente aristocracia guerreira e de quem ela tinha por chefe.*

Em relação a escravidão europeia Florentino (2014: 22) propõe que são três os grandes eixos a partir dos quais o tráfico de escravos pode ser tratado: como cálculo econômico da empresa escravista colonial, enquanto fluxo demográfico e como um negócio. Isso mostra que a reprodução humana do ponto de vista do capital, nada mais é do que a reprodução da força de trabalho, pode-se concluir com isso que o tráfico de escravos era elemento chave para a economia escravista na qual se apoiava a empresa colonizadora.

Além disso, a expansão colonial, criava a necessidade de agregar novos braços ao trabalho escravo devido ao aumento das exportações de produtos naturais. Fato este que só foi possível pela importação cada vez maior de escravos vindos de várias partes da África como os reinos da Guiné, Benim, Angola, Congo, Moçambique e Mali, entre outros.

Portugal intensifica o comércio com esses reinos ampliando os conflitos inter-étnicos que resultaram diretamente numa recomposição geográfica desses territórios ao mesmo tempo em que produziam escravos para o mercado interno e externo. A escravidão como atividade econômica transformou determinados pontos da costa africana em importantes centros de comércio entre os séculos XV e XVIII, fazendo surgir grandes centros urbanos no Senegal, Gambia e Gana.

A região conhecida como Costa da Mina torna-se durante os séculos XVI e XVII, numa das maiores fornecedoras de cativos para o Brasil, enquanto entre nos séculos XVIII e XIX, o eixo econômico é desviado para o Sul, na região de Angola (FLORENTINO, 2008:21). Os escravos chegados ao Brasil passam a atender as necessidades de expansão da lavoura canavieira no Nordeste, e posteriormente grande parte dos mesmos são desviados para as atividades mineradoras no Sudeste e para o

planalto central brasileiro. Visto os primeiros descobrimentos de ouro na cabeceira do rio Vermelho em 1726 pela bandeira liderada por Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera (o filho), apesar de que a região de Goiás já era conhecida em São Paulo e Belém desde 1592. (POLONIAL, 2006: 13. Apud. PALACIN, 1994: 14-15).

Nesse cenário os quilombos surgiram como centros de resistência, luta pela liberdade e preservação da cultura africana no Brasil

O conceito de escravidão africana é distinto daquele que designa a escravidão implantada na América portuguesa. Desde que o negro era capturado, aprisionado na África era convertido numa mercadoria teoricamente sem vontade própria pelo capitalismo colonial europeu, sendo então exportado para várias partes do mundo conhecido.

Depois de uma longa e dura travessia oceânica os sobreviventes eram vendidos nos mercados de escravos da Bahia, do Rio de Janeiro e Pernambuco, não raro seus laços familiares e de amizades tinham seu processo de rompimento iniciados ainda no continente africano e eram completados diante das novas realidades que lhes eram impostas na colônia. Procurava-se dominá-los sob todos os aspectos: social, econômico e cultural. Para Matoso (1990:100-101), tal processo alienava o negro africano de “todas as ligações que formam o indivíduo social, como laços familiares, de clã e comunidade” as características essenciais que formam sua personalidade e consolidam sua identidade.

Porém, apesar da situação de exploração e degradação humana a que eram submetidos, os africanos e afrodescendentes escravizados em terras americanas desenvolveram diversas formas de resistência a situação que ora viviam. (THORTON, 2004:217).

*Os sistemas sociais no novo mundo atlântico forneceram um amplo leque de possibilidades de vida e carreiras para os escravos africanos e afro-americanos. Alguns eram sistemas agrícolas penosos, em que escravos eram na maioria do sexo masculino, raramente constituíam família, morriam cedo, no qual talvez nunca tenham tido a oportunidade de adaptar sua cultura ao novo meio ambiente ou de transmitir esses novos conceitos ou a cultura original para as próximas gerações. Mas em outras circunstâncias, mesmo em sistemas agrícolas, os escravos africanos e afro-americanos logo formaram comunidades nos vilarejos e, embora fossem explorados em seu trabalho e tivessem um alto índice de mortalidade, suas comunidades permaneceram auto-sustentadas. Do mesmo modo, apesar de os escravos*

*serem utilizados em serviços domésticos para os europeus se separarem dos outros africanos, e mais ou menos serem forçados a se reajustar ao novo ambiente, em muitos lugares onde os escravos realizavam tarefas domésticas eles tinham inúmeros contatos com outros africanos e podiam ainda desenvolver e transmitir um modelo baseado em sua cultura para outros universos.*

Nota-se com isso que apesar de traumática a quebra das organizações sociais de origem dos cativos, os mesmos se viram obrigados a reorganizarem-se em termos de sobrevivência se adaptando a uma nova realidade muito diversa daquelas a que estavam acostumados. Nessa nova realidade a tensão entre senhores e escravos era permanente, visto, o grande número de cativos que era preciso para atender as necessidades de reprodução do capitalismo colonial, nesse cenário as revoltas tornaram-se frequentes apesar das exigências de submissão total por parte dos senhores. Para atingir esse objetivo, eram utilizadas como principais instrumentos a violência ou a persuasão, ‘os senhores de engenho substituem a violência e as ameaças por uma verdadeira manipulação de caráter patriarcal e paternalista. Dá-me sua lealdade e eu te darei proteção e a identidade de minha família’ (MATTOSO, 1990:103).

Apesar dessas propostas a resistência por parte dos cativos era notória, fazendo com que a Igreja Católica submissa aos senhores de escravos, entrasse em cena preconizando em seus sermões a humildade e a resignação dos cativos diante de seus senhores, utilizando como base de comparação a figura mítica de Jesus Cristo, (MATTOSO, 1990:114-114),

*A Paixão de Cristo parte foi de noite sem dormir, parte foi de dia sem descansar, e tais são as vossas noites e os vossos dias. Cristo em tudo maltratado e vós maltratados em tudo. Os ferros, as prisões, os açoites, as chagas, os nomes afrontosos, de tudo isso se compõe a vossa imitação, que se for acompanhada de paciências também terá merecimento de martírio. Quando servis aos vossos senhores, não os servis como a quem serve a homens, senão como a quem serve a Deus; porque então não servis como cativos, mas livres, nem obedecéis como escravos senão como filhos.*

Mesmo com essas tentativas de doutrinação para os cativos, a realidade se impunha com toda sua crueza, e a religião cristã não fazia quaisquer sentidos para a maioria dos escravizados, fossem eles empregados nas grandes fazendas monocultoras, nas regiões mineradoras ou nas cidades. A resistência se manifestava tanto de forma individual como coletiva, levando os proprietários de escravos a recrudescerem a violência e os castigos físicos contra os mesmos.

Nesse contexto surgem os quilombos como expressão maior da resistência negra ao sistema capitalista escravocrata colonial. Um dos vários conceitos para o quilombo palavra de origem banta é ‘povoação fortificada de negros fugidos do cativo, dotada de divisões e organização interna (onde também se acoitavam índios e eventualmente brancos socialmente desprivilegiados)’. (BORBA, 2011:1159). Também é utilizado o termo mocambo, palavra que originalmente se referia ao local de repouso utilizado por grupos nômades em deslocamento pelo território africano.

No Brasil esse conceito adquire um novo significado passando a designar as comunidades de escravos fugidos que se fixavam em locais de difícil acesso. Nessas comunidades relativamente isoladas buscava-se reconstruir de acordo com as possibilidades locais a estrutura sociocultural africana. Praticavam a economia de subsistência baseada na agricultura, pecuária, criação de pequenos animais e quando possível a mineração, mas não raro praticavam o comércio com as vilas mais próximas. Dentre os mais célebres quilombos já formados em território brasileiro estava o de Palmares, que se situava no atual Estado de Alagoas.

Porém, muitos outros houveram que mesmo depois da abolição do sistema escravista em 1888 e da proclamação da República em 1889, permaneceram isolados mantendo estruturas físico-sociais e econômicas semelhantes aquelas dos primeiros agrupamentos quilombolas.

Isso não impediu que diversas comunidades sofressem agressões e tivessem suas terras tomadas, especialmente por grandes fazendeiros, visto, o descaso e abandono sofridos por parte do Estado. Como atesta Teske (2010:74. Apud. LEITE, 2000: 335).

*Após a assinatura da Lei Aurea, em 1888, abolindo a escravatura no Brasil, houve, não por acaso, uma desqualificação dos negros ao tempo em que os lugares em que habitavam, entre eles muitos quilombos, também denominados ‘terras de preto’, não recebiam atenção por parte do poder público e, como agravante da situação, várias outras pessoas ou grupos incorporavam essas áreas a seus domínios com o aval do próprio Estado legitimando-as.*

Assim o estudo das comunidades quilombolas já rendeu extraordinárias obras históricas, cuja relevância pode ser avaliada pelo duradouro e frutífero debate acadêmico – político que gerou e ainda hoje nos instiga. Nesse cenário as obras de Seymour Drescher, Ana Van Meegen Silva e Wolfgang Teske, são muito conhecidas e debatidas (Abolição: uma história da escravidão e do antiescravismo; Kalunga; Cultura



quilombola na Lagoa da Pedra, Arraias – Tocantins: rituais, símbolos e rede de significados de suas manifestações culturais: um processo folkcomunicação de saber ambiental). Debate de alto nível, reconhecidamente histórico e que entre outros temas, tratou da constituição econômica das comunidades remanescentes de quilombos numa sociedade profundamente marcada pelo capitalismo.

Atualmente, porém, num mundo cada vez mais globalizado, dominado pela lógica de mercado, pela cultura do consumo massivo, conectado por redes mundiais de computadores, questionamos se ainda é possível pensar, particularmente nas comunidades quilombolas como sociedades isoladas onde ainda predomina a posse coletiva da terra como fator econômico básico.

O debate sobre a relação entre a propriedade da terra como bem coletivo e a economia nas sociedades contemporâneas, perde seu sentido, diante, da onipresença da economia de mercado, com o avanço do capitalismo financeiro, assim o conceito de propriedade coletiva entra em declínio com a perda estrutural da posição axial que ocupava nas comunidades remanescentes tradicionais, ela permanece, contudo, importante objeto de inspiração e reflexão histórica.

Inspiração tão forte que hoje ainda há quem retome tal debate a propósito do crescimento no número de comunidades legalmente reconhecidas como remanescentes dos quilombos, defendendo a tese de que todas são potencialmente similares aos quilombos formados majoritariamente por escravos fugidos ainda nos períodos colonial e imperial da História do Brasil.

Se esse debate parece importante, um problema histórico correlato, no entanto, também permanece como fator de discussão e pesquisa acadêmica: verificar porque em determinados grupos sociais reconhecidos legalmente como comunidades remanescentes dos quilombos predomina a propriedade privada da terra, isto é, a terra enquanto mercadoria capitalizada e sob controle individual.

Questão ainda não tratada pela maioria dos pesquisadores que se dedicam ao tema em nosso país, mas que é objeto de nossa proposta. A esse respeito, porém, vale dizer que, além de debatidas no âmbito acadêmico – político, tais questões fazem parte de um contexto social mais amplo, a saber o apoio garantido em lei para as



comunidades reconhecidas quilombolas no Brasil. Com a aprovação da Lei N° 7.668, de 22 de agosto de 1988, foi criada a (FCP) Fundação Cultural Palmares. Vinculada ao Ministério da Cultura, com sede e foro no Distrito Federal, com a finalidade de promover a preservação dos valores culturais, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira. (BRASIL. Diário Oficial da União de 23/08/1988).

Dentre as atribuições da Fundação Cultural Palmares está a função de realizar a identificação dos remanescentes das comunidades dos quilombos, proceder ao reconhecimento, à delimitação e à demarcação das terras por eles ocupadas e conferir-lhes a correspondente titulação em todo território nacional. Cujo objetivo é garantir o acesso e permanência dessas comunidades a terra assegurando-lhes sua reprodução sociocultural e econômica.

Dessa forma desenvolvemos nossa reflexão sobre uma comunidade específica: Lagoa da Pedra que é uma comunidade rural situada a 34 km do município de Arraias e a 450 km de Palmas capital do jovem Estado do Tocantins. Município nascido da corrida do ouro em meados do século XVIII, atraindo mineradores de várias partes da colônia, Arraias no norte goiano se tornaria uma das regiões mais importantes na produção de ouro do planalto central. Segundo Cordeiro (1984:14).

*Foi na Chapada dos Negros que surgiu o riquíssimo garimpo aurífero onde mais de dez mil mineiros, dos quais menos de um terço era constituído de brancos, movidos pela ambição do ouro, que se deu o início de Arraias.*

As primeiras notícias de quilombos na região são desse período, sendo o mais importante o denominado Chapada dos Negros, que vivia da agricultura, do comércio e especialmente da mineração quando foram dominados e seu território deu origem ao arraial de Arraias sob o comando do Capitão-Mor Domingos Antônio Cardoso e que mantém o mesmo nome atualmente.

Lagoa da Pedra é a primeira comunidade a ser reconhecida como remanescente dos quilombos pela Fundação Cultura Palmares em 04 de março de 2004, no Tocantins. Segundo a Certidão de Auto Reconhecimento:

*O presidente da Fundação Cultural Palmares, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 1º da Lei N° 7668 de 22 de agosto de 1988, art. 2º §§ 1º e 2º, art. 3º, § 4º do Decreto n° 4.887 de 20 de novembro de 2003, regulamenta o procedimento para reconhecimento, identificação, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes*

*das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do ATO DAS Disposições Transitórias e art. 216, I a V, §§ 1º e 5º da Constituição Federal de 1988, CERTIFICA que a Comunidade de LAGOA DA PEDRA, localizada no município de Arraias, Estado do Tocantins registrada no Livro de Cadastro Geral nº 001, Registro nº 058, f. 61, nos termos do Decreto supramencionado e da Portaria Interna da FCP nº 06 de março de 2004, Seção 1, f. 07, É REMANESCENTE DAS COMUNIDADES DE QUILOMBOS. (BRASIL, FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, DF 25 de agosto de 2004.)*

As terras então foram demarcadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em parceria com o Instituto de Terras do Tocantins (INTERTINS). No entanto, é importante destacar que os moradores apesar de terem recebido uma certidão de auto reconhecimento como Comunidade Remanescente dos Quilombos não aceitaram a unificação dos títulos de propriedade da terra. Mesmo sendo essa uma das exigências por parte da Fundação Cultural Palmares.

A comunidade tem uma população, predominantemente negra e divide-se em 37 famílias com aproximadamente 160 pessoas, que ocupam um território de 80 alqueires. A origem da mesma se perde nas brumas do tempo, visto não haver quaisquer registros históricos ou fotográficos dos primeiros anos de sua formação. Sendo necessário com isso recorrer a memória social guardada pelos membros mais velhos da comunidade, a bibliografia especializada de autores que pesquisaram sobre esse tema específico, ou temas correlatos.

Teske em entrevista a moradores da comunidade destaca as palavras da quilombola Altina de Farias Dias, de 65 anos, (2009:50)

*Os nossos pais falavam sobre a história dos escravos, mas o que eu sei é que havia os revoltosos, que caçavam os escravos nessa região, quando encontrados muitos eram ferrados com fogo, como se marca gado, alguns foram pregados pelo beirão no portal das casas e não poucos foram mortos.*

Pela fala da entrevistada percebe-se uma certa insegurança em narrar fatos ligados ao passado escravista que predominou na região. Fato que se repete em entrevistas com outros moradores mais velhos da comunidade como podemos notar na entrevista realizada pelo autor realiza com o morador Balbino Francisco Machado de 80 anos, (idem. 2009:51).

*Minha mãe se chamava Martinha e era filha do Vitorino Francisco Machado, que eu cheguei a conhecer. Meu avô Vitorino, antes de vir para cá, morava pra lá do Belém, ao lado do Macaco, até que o irmão Paulino o convidou em terras que seriam suas e não de outros. Meu avô queria criar os fios e depois umas terras no ABC nome de localidade próxima de Arraias,*

*[grifo nosso] divisa com Arraias. Pelo que sei meu avô nasceu mesmo em Cavalcanti, no Goiás. [...] Minha mãe dizia que o nosso lugar era conhecido como Ôio D'água do Taquaruçu. Aqui, não tinha água, não tinha gente, não tinha nada, só meu avô com os fio. O que tinha era muito catitu, tinha queixada e até onça, que pegava bezerro na porta de casa. Eu me lembro quando uma onça comeu uma moça "pra lá, pra cá", e só dias depois foram achadas partes da roupa. Aqui se plantava cana, arroz, feijão e caçava veado, tatu e outros bichos do mato.*

Apesar da comunidade ter sido reconhecida pela Fundação Cultural Palmares como remanescente dos quilombos isso não pode ser percebido de forma direta na fala dos moradores entrevistados por Teske. Talvez este fato esteja ligado a violência histórica sofrida pelas comunidades rurais negras remanescentes dos quilombos, no decorrer de sua obra o autor mostra que a consciência de ser quilombola e dos direitos inerentes a tal situação social é predominante entre os moradores mais jovens e com grau de escolaridade maior.

Isto pode ser visto a partir da análise da monografia de graduação apresentada ao curso de Pedagogia da Universidade Federal do Tocantins – Campus de Arraias por Farias (2005:25-26), moradora da comunidade.

*Compreender o significado dos quilombos é a reafirmação da luta pela sobrevivência, construindo uma realidade que garanta a igualdade, o convívio com a coletividade, ancestralidade e uma história de quase quinhentos anos de exclusão.*

*No imaginário nacional, os quilombos são algo do passado e que teriam desaparecido do país junto ao sistema escravocrata, em maio de 1888 com a abolição. Em razão desta visão, mesmo após passados tantos anos, a existência das denominadas Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQ) ainda causam surpresa na população brasileira, quando surgem notícias sobre sua existência em, praticamente todos os estados da federação. Mas estas vêm ocupando cada vez mais espaço junto à mídia e gradualmente tem conquistado o reconhecimento e a posse de suas terras.*

Escolaridade e consciência social são valores intimamente ligados, visto que é a partir do ato de conhecer que a pessoa conquista o direito de ser, pois somente através da compreensão das leis que regem nossa sociedade pode-se conquistar a plena cidadania.

Partindo dessa contextualização e para melhor compreender a problemática que nos propomos a discutir faremos uma breve análise histórica da comunidade numa tentativa de compreender porque a mesma mantém-se caracteristicamente capitalista em relação a posse da terra. Quando a propriedade coletiva da mesma é característica fundamental das comunidades rurais negras, como a de Kalunga e Mimoso, também no

município de Arraias. Córrego Fundo e Malhadinha situadas no município de Brejinho de Nazaré, e Morro São João e São José localizadas respectivamente nas municipalidades de Santa Rosa e Chapada de Natividade. Em todas estas comunidades remanescentes dos quilombos a propriedade privada da terra inexistente, característica que as aproxima de seus antepassados.

Segundo voz corrente entre os moradores, o nome Lagoa da Pedra tem sua origem numa lagoa que há tempos existia na comunidade, hoje destruída pelo desmatamento e o assoreamento na localidade. A posse e uso da terra na comunidade segue o modelo capitalista, isto é, a posse individual e cada família desenvolve suas atividades produtivas de acordo com suas próprias necessidades e condições financeiras. Já que o comércio como atividade econômica organizada inexistente de forma oficial, não há com isso nenhum estabelecimento comercial nesta comunidade. As famílias desenvolvem uma agricultura de subsistência limitada ao plantio de cereais como o milho, o feijão com espécies diversificada e mais raramente o arroz, visto as dificuldades de beneficiamento que o mesmo representa.

Este fato obriga o pequeno produtor a transportar sua colheita até o povoado mais próximo, denominado Cana Brava a cerca de 4,5 km, para efetuar o beneficiamento do produto. Também criam pequenos animais para consumo familiar como galinhas e porcos, apesar de haver a criação de gado vacum, o comércio de carne é reduzido, e ocorre sob encomenda ou nos períodos de festas quando o gado é abatido e consumido na própria comunidade. Outro produto importante para a alimentação da comunidade é a farinha de mandioca produzida de forma artesanal somente pela família do senhor Diomar Antônio de Farias. Em relação ao trabalho remunerado realizado pelos moradores, é basicamente sazonal, predominantemente campesino e realizado por homens e mulheres, respectivamente. Dessa forma a impossibilidade de trabalho assalariado dentro da própria comunidade, é uma realidade que obriga seus membros a buscarem emprego como diaristas nas fazendas da região.

Além de forçar a migração de muitos de seus moradores especialmente as mulheres para as cidades mais próximas como Arraias e Campos Belos, esta última no Estado de Goiás. Também em busca de melhores condições de estudos, pois na

comunidade só há uma escola municipal de primeira fase com duas salas que funciona no sistema multisseriado. Enquanto os estudantes da segunda fase do ensino fundamental e ensino médio têm de se deslocar até o povoado de Cana Brava a 4,5 km de distância, onde se localiza a única escola de ensino médio da região.

Nesse cenário são os idosos a deterem um poder econômico maior, pois a maioria das pessoas a partir dos 65 anos de idade, mesmo não tendo contribuído com INSS recebem a título de auxílio social um salário mínimo de suma importância para a subsistência de cada família. Além dos programas de distribuição de rendas dos governos estadual e federal para assistência de famílias carentes.

Nota-se com isso que essa comunidade não possui condições de gerar renda suficiente a partir da execução de suas próprias atividades produtivas. Mesmo a Associação de Pequenos Produtores da Comunidade de Lagoa da Pedra criada em abril de 1993, com o objetivo de contribuir para a permanência dos moradores na localidade durou somente doze anos. Realizando uma reunião mensal, e impossibilitada de atender as necessidades de seus membros acabou por cair no ostracismo e foi abandonada. Da Associação resta na atualidade somente a horta em forma de mandala, cujo projeto inicial era de uma horta orgânica que atendesse as necessidades de complementação alimentar da comunidade e ao mesmo tempo gerasse excedentes para o comércio nas feiras promovidas pela Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do município de Arraias realizadas mensalmente.

Mas assim como o projeto da Associação de Pequenos Produtores, este também foi abandonado pelos moradores da comunidade e hoje é administrado de forma independente e particular pela família de Ruimar Farias, proprietária do terreno onde a mesma se localiza. Todas essas atividades tiveram apoio direto do governo do Estado através da agencia RURALTINS.

Apesar de todas as limitações de ordem ambiental, visto a comunidade não ser abastecida por rios e toda a água utilizada vir de dois poços artesianos, e social como a falta de capital intelectual e financeiro para desenvolver suas atividades produtivas com eficácia e eficiência. Esta ainda detém uma economia capitalizada, seja nas relações econômicas internas ou externas. Ao contrário de outras comunidades quilombolas

localizadas na região Norte de Goiás e vale do rio Paranã em Tocantins genericamente denominadas de kalungas (BAIOCCHI, 2013:73).

*O sistema econômico kalunga, não monetário, usa o escambo, a troca, para a circulação de bens de consumo, cabendo à farinha (droga), subproduto da mandioca, o papel principal na troca simbólica. Embora realizada entre a população kalunga, do Ribeirão dos Bois, da Contenda e dos Vãos do Muleque e das Almas, a troca simbólica extrapola o território do Sítio Histórico para os municípios limítrofes, ocorrendo inclusive entre os kalunga e os comerciantes locais e regionais. E, como elemento fundamental nessa troca, a droga reveste-se de grande importância social.*

O contato com as cidades de Arraias (TO), é feito pela To – 050, enquanto com Campos Belos (GO) é pela Go – 118 e dá-se três vezes por semana nos dias de segunda, quarta e sexta – feira quando a Comunidade é então atendida por um ônibus da empresa São José do Tocantins. Nestes dias os moradores vão a cidade fazer compras, visitar parentes e amigos, fazer consultas médicas, pois não há um posto de saúde no local.

Entre os moradores raros são os que possuem veículos próprios e em condições de trafegabilidade pela fronteira entre os Estados de Tocantins e Goiás, visto, a fiscalização permanente realizada na barreira fitossanitária e posto fiscal militar pelas polícias dos dois estados.

A recusa em reconhecer e aceitar um título coletivo para suas terras foi motivo de choque entre os moradores, policiais militares, fiscais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a chefia da própria Comunidade pode ser visto na internet. Dessa maneira, percebe-se que os moradores de Lagoa da Pedra não reconheceram vantagens imediatas, de médio ou longo prazo em relação a proposta da Fundação Cultural Palmares e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, daí a resistência mostrada pelos mesmos em relação a criação de um título de propriedade coletiva da terra.

Pois ao que tudo indica sentiram a ameaça de perderem suas posses, que representam para cada um não somente a propriedade da terra, mas o controle de um poder econômico maior, materializado. Visto, que para os mesmos a terra ainda representa a maior riqueza que um homem pode conquistar e legar para seus descendentes.

## Referências

- BAIOCCHI, Mari de Nasaré. Kalunga: povo da terra. 3ª ed. – Goiânia: Editora UFG, 2013.
- BORBA, Francisco S. (org.) Dicionário Unesp do português contemporâneo. Colaboradores: Beatriz Nunes de Oliveira Longo, Maria Helena de Moura Neves, Marina Bortolotti Bazzoli e Sebastião Expedito Ignácio. – Curitiba: Piá, 2011.
- BRASIL. Diário Oficial da União de 23/08/1988.  
\_\_\_\_\_. 25/08/2004.
- CORDEIRO, Rosalinda Batista de Abreu. Arraias: suas raízes e sua gente. Goiânia: Editora, 1989.
- DRESCHER, Seymour. Abolição: uma história da escravidão e do antiescravismo. Tradução: Antonio Penalves Rocha. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- FARIAS, Rosana Antônio. Comunidade remanescente de quilombo: um estudo de caso. Monografia de Graduação apresentada ao curso de Pedagogia da Universidade Federal do Tocantins – Campus de Arraias. Arraias, 2005.
- FLORENTINO, Manolo. Em costas negras: uma história do tráfico negreiro de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX). São Paulo: Editora Unesp, 2014.
- MATTOSO, Kátia M. de Queirós. Ser escravo no Brasil. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- POLONIAL, Juscelino Martins. Terra do Anhanguera: História de Goiás. Goiânia: Editora Kelps, Leart Editora, 2006. Apud. PALACIN, Luís e MORAES, Maria Augusta de Sant’anna. O século do ouro em Goiás. Goiânia: Editora da UCG, 1994, p. 14-15).
- SILVA, Alberto da Costa e. A enxada e a lança: a África antes dos portugueses. 5ª ed., ver. e ampl. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.
- SILVA, Ana Van Meegen. Kalunga. Goiânia: Ed. da UCG, 2007.



TESKE, Wolfgang. Cultura quilombola na Lagoa da Pedra, Arriais – Tocantins: rituais, símbolos e rede de significados de suas manifestações culturais: um processo folkcomunicação de saber ambiental. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2010. Apud. LEITE, Ilka Boaventura. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. Etnográfica. Vol. IV (2), 2000, p. 335-354. Disponível em: [http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol\\_04/N2/Vol\\_ivN2\\_333-354.pdf](http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_04/N2/Vol_ivN2_333-354.pdf) . Acesso em 12 de set. de 2009.

THORNTON, John Kelly. A África e os africanos na formação do mundo Atlântico, 1400-1800. Tradução de Marina Rocha Mota. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. [www.youtube.com/watch?v=dzil8xWd4FE](http://www.youtube.com/watch?v=dzil8xWd4FE). Publicado em 1 de agosto de 2013. ‘‘A comunidade da Lagoa da Pedra, município de Arriais-Tocantins. Faz manifestação contra o título coletivo. Dia 18/07/2013’’. Acesso em 09 de setembro de 2015.